PELO DIREITO A AUTONOMEAÇÃO: USO DE NOME SOCIAL POR ADOLESCENTES TRANS NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA REDE ESTADUAL, EM PONTA GROSSA-PR

René Yuri Lemos (PIBIC/UEPG), Leticia Fraga (Orientador), e-mail: lemosrnt@gmail.com e-mail do orientador: leticiafraga@gmail.com

Universidade Estadual de Ponta Grossa/Departamento de Estudos da Linguagem

Linguística; Linguística Aplicada.

Palavras-Chave: *Nome social, Juventude Trans, Estudos Trans, Educação Básica.*

Resumo

Esta pesquisa se propôs a analisar a política de nome social em âmbito educacional no Estado do Paraná. Conta com levantamento e análise documental (Gil, 2008) sobre política de nome social aplicada ao contexto educacional no Estado. Esta pesquisa se coloca como meio de abrir um campo novo que possibilita outras avaliações possíveis para a política de nome social vigente e sua real funcionalidade, além de possibilitar apontar para um avanço dessa política no Estado e no País.

Introdução

Ao pensar sobre a importância e a significação do uso do nome social por nós, pessoas trans, sinto-me implicado a compreender a utilização dessa política por adolescentes trans, especificamente nas instituições de ensino da Rede Estadual do Paraná. A política do uso do Nome Social surge através de reivindicações dos movimentos sociais de pessoas trans, onde seu primeiro uso foi assegurado no Sistema Único de Saúde (SUS), através da Portaria no 675, de 30 de março de 2006. Entretanto, só recebe o título de “Nome Social” após a revogação desta Portaria, pela Portaria no 1.820, de 13 de agosto de 2009 (Brasil, 2009). A política se amplia por outros âmbitos estatais a partir desta organização inicial nos espaços de saúde.

Materiais e Métodos

A pesquisa conta com levantamento e análise documental (Gil, 2008) sobre política de nome social aplicada ao contexto educacional no Estado do Paraná. Também se levantaram dados acerca do uso desta política em espaços educacionais. A análise documental partiu de lentes transfeministas (Bagagli, 2019; Jesus, 2013; Vergueiro, 2015, 2016, 2020), observando de que maneiras essas políticas de fato vem possibilitando a permanência de pessoas trans nos espaços de ensino básico, mas também observando de que formas esta política pode ser ampliada, possibilitando assim uma maior permanência de nossa juventude no campo educacional.

Resultados e Discussão

O principal resultado desta pesquisa é a sistematização dos dados referentes à política de nome social e sua implementação, seja em âmbito estadual ou federal, sistematização inédita nos campos de estudos sobre políticas para pessoas trans.

Conclusão ou Conclusões

O levantamento e análise realizado neste trabalho são inéditos. Assim, para além do caráter acadêmico-científico desta pesquisa, há também um trabalho de memória, no reconhecimento de como as nossas lutas vão adentrando os espaços e criando possibilidades inexistentes para as nossas presenças.

Agradecimentos

Agradeço à bolsa concedida para esta pesquisa e à orientação cuidadosa deste trabalho.

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. **Discursos transfeministas e feministas radicais:** disputas pela significação da mulher no feminismo. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, 2019.

BRASIL. **Portaria nº 1.820/2009**. Ministério da Saúde, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2008.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes:** uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador, 2015.

VERGUEIRO, Viviane. Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial. In: MESSEDER, S.; CASTRO, M. G.; MOUTINHO, L. (Orgs.). **Enlaçando sexualidades:** uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero. Salvador: EDUFBA, 2016.

VERGUEIRO, Viviane. Considerações transfeministas sobre linguagem, imaginação e decolonialidade: a identidade de gênero como categoria analítica. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 21, n. 2, p. 453-471, 2020

ISSN 1676-0093